



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
10 de abril
de 2019

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Esporte					
DATA	10/04/2019	PAG.	10	Gerada	Positiva

II Corrida Nacional do Ministério Público

Estão abertas até o dia 14 de junho as inscrições para a II Corrida Nacional do Ministério Público promovida pela AMPEM, e pela CONAMP (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público). A Corrida acontece no dia 23 de junho com largada às 6h30 da Praça do Pescador, avenida Litorânea, em São Luís. A organização é da empresa EuCorro Eventos Esportivos, especializada nesse tipo de competição.

As inscrições poderão ser feitas no site www.eucorromais.com.br mediante pagamento de R\$ 80,00 mais R\$ 4,00 taxa do site, totalizando R\$ 84,00. Maiores de 60 anos pagam R\$ 44,00. Os interessados podem se inscrever para percurso de 5 e 10km e terão direito à camisa, sacola, número do peito e chip.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	10 / 04 / 2019	PAG.	6	Gerada	Positiva

Coroatá

MPMA requer anulação de ato que concedeu terrenos públicos ilegalmente

Em Ação Civil Pública contra o Município de Coroatá e moradores ilegalmente beneficiados com cessões, concessões e /ou comodato de terrenos públicos municipais situados na Rua da Praça do Mercado Central da cidade, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) requer, em caráter liminar, que sejam proibidas obras, reformas e/ou construções nas áreas até o desfecho da causa.

Na ação, ajuizada no dia 4 de abril, o promotor de justiça Luís Samarone Batalha, da 2ª Promotoria de Justiça de Coroatá, também pede a proibição de atos que visem à alienação dos imóveis referidos.

Estão sendo acionados pelo Ministério Público o Município de Coroatá, na pessoa do prefeito Luiz Mendes Ferreira Filho, e

os beneficiários das concessões Joaquim de Sousa e Silva Neto, Francisca Sousa Silva, Cleudimar de Sousa Silva, Neusa Gomes de Sousa, Severino Alencar da Silva e Josemar Vale de Sousa.

No mérito da questão, o representante do MPMA pediu que a Justiça declare a nulidade dos atos de cessão, doação e/ou comodato dos referidos terrenos, bem como proíba o Município de Coroatá de alienar, conceder ou dar em comodato os referidos terrenos situados na Praça do Mercado Central.

Também foi requerido que o Município determine o desfazimento de obras eventualmente realizadas na área, urbanizando e arborizando a praça, para que a mesma volte a ser utilizada pelo povo de Coroatá.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO						
JORNAL PEQUENO						
EDITORIA						
Cidade						
DATA	10 / 04 / 2019	PAG.	06	Estado	Gerada	Positiva

Ex-prefeito de Bom Jardim é condenado por não prestar contas de convênio da educação

O ex-prefeito de Bom Jardim, Antonio Roque Portela de Araújo, foi condenado a devolver ao cofre municipal o valor de R\$ 321.738,90 corrigidos com juros e correção monetária, por não ter comprovado aplicação de recursos de convênio repassados pelo Ministério da Educação, em 2010. A sentença do juiz Bruno Barbosa Pinheiro, titular da comarca, foi emitida no julgamento da Ação Civil de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, e publicada nessa terça-feira (9).

O juiz determinou também o pagamento de multa civil no valor correspondente a três vezes o valor da remuneração mensal percebida pelo réu à época do fato; a suspensão de seus direitos políticos por três anos, a contar do trânsito em julgado da decisão e à proibição de contratar com o poder público, bem como de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos. A multa civil deverá



O ex-prefeito Antonio Roque Portela não teria comprovado aplicação de recursos de convênio

ser revertida em favor do erário municipal de Bom Jardim. Na Ação de Improbidade Administrativa, o Ministério Público denunciou o ex-prefeito Antonio Roque Portela de Araújo pelo cometimento de ato de improbidade previsto no artigo 11, inciso VI da Lei nº 8.429/92

(LIA), por ter deixado de prestar contas referentes ao Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação/Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, exercício 2010, quando administrou Bom Jardim. Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola

DIVULGAÇÃO

(PDDE), tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas estaduais e municipais, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica com consequente elevação do desempenho escolar.

DEFESA

O ex-gestor alegou em sua defesa não ter sido exposto o fato com todas as suas circunstâncias e individualizado a conduta do requerido, mas o juiz observou que "a petição inicial preencheu todos os requisitos exigidos no Código de Processo Civil, constatando a narrativa do fato concreto e sua tipificação perante a Lei de Improbidade" e rejeitando a alegativa. Na análise do pedido, o juiz constatou, de acordo com a documentação juntada aos autos, informações que o ex-prefeito tenha procedido à devida prestação de contas de tais recursos, nem anexado aos autos documento que demonstrasse o contrário, na oportunidade de sua defesa.

NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Política

DATA

10 / 04 / 2019

PAG.

3

Porto do Itaqui: relatório da Polícia Federal repercute na AL

César Pires (PV) e Wellington do Curso (PSDB) repercutiram relatório da Polícia Federal sobre Operação na Emap

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O deputado César Pires (PV) e Wellington do Curso (PSDB) comentaram ontem, na Assembleia Legislativa, o relatório da Polícia Federal que confirmou as suspeitas iniciais da investigação sobre fraudes na Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) durante o processo de fiscalização das obras de dragagem de aprofundamento do P-100 ao P-104 do Porto de Itaqui.

O caso remonta à Operação Draga, deflagrada em 2017. O relatório é de fevereiro de 2019 e foi produzido pelo delegado federal Dhiago Job de Almeida.

Pires tratou, ainda, de irregularidades administrativas e financeiras constatadas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) na gestão do Porto do Itaqui pela Emap. Ele ressaltou que o encaminhamento dos fatos investigados à esfera judicial pode levar dirigentes da Emap à prisão.

Em forte pronunciamento, o parlamentar do PV definiu como gravíssimo o relatório da PF na conclusão do inquérito 273/2016, instaurado em abril de 2016 e relatado em fevereiro deste ano. A PF constatou indícios de fraude na execução e na fiscalização dos serviços contratados com as empresas Jan de Nul do Brasil Dragagem Ltda. e Fotogeo, denunciados pelo ex-funcionário da Emap, José Ribamar Câmara Pinto. De acordo com as investigações, a Fotogeo não realizou o trabalho pelo qual recebeu R\$ 1,5 milhão, que era fiscalizar o trabalho da Jan de Nul, contratada por R\$ 62,1 milhões.

"A Fotogeo limitou-se a copiar laudos realizados pela empresa que deveria fiscalizar, em mais uma fraude constatada pela Polícia Federal que pode levar para a cadeia dirigentes da Emap", enfatizou César Pires, ressaltando que essa é apenas



Pires e Wellington comentaram, ontem, a respeito do documento da PF



Fotos: Agência Assembleia

uma das ilegalidades recentemente detectadas na administração do Porto do Itaqui.

Para Wellington do Curso, trata-se de denúncia "gravíssima". "Esta denúncia não é grave. Ela é gravíssima e já é pauta de nosso pronunciamento desde 2018, quando trouxemos essas denúncias à Assembleia Legislativa de que há necessidade de fiscalização", declarou.

Segundo ele, o caso deveria ser alvo até de uma CPI. "Em 2018, quando trouxemos essas denúncias, nós falávamos inclusive que precisávamos abrir a caixa-preta da Emap com possibilidade de CPI, pois não é grave, é gravíssimo", reforçou.

Retirada

O deputado César Pires enfatizou que a Antaq condenou, também, uma retirada de R\$ 140 milhões do Porto do Itaqui para os cofres estaduais. Neste caso, a direção da Emap se negou a prestar os devidos esclarecimentos sobre essa transação proibida pelo convênio de delegação do Porto do Itaqui, celebrado entre a União e o governo estadual.

"Em 19 de dezembro do ano passado, o diretor-geral da Antaq, Mário Povia, encaminhou ofício à procuradora geral da República, Raquel

Dodge, informando que o Estado do Maranhão descumpriu as cláusulas do convênio de delegação 016/2000 ao efetuar, de forma reiterada e sistemática, saques de recursos provenientes das receitas oriundas da exploração do Porto do Itaqui para o Tesouro Estadual", relatou César Pires, exibindo cópia do ofício do diretor da Antaq.

No documento, Mário Povia requer à procuradora que sejam tomadas as medidas judiciais cabíveis. César Pires acrescentou, ainda, que no âmbito judicial já tramita a Ação Popular 1003590-28.2018.4.3700, que requer a anulação dos atos administrativos de redução do capital da Emap e de transferência irregular de mais de R\$ 80 milhões dos cofres da empresa para o Tesouro Estadual.

"Na Câmara Federal, o deputado Edilázio Júnior também já requereu a averiguação de todas essas irregularidades, pois em vez de esclarecer o Governo do Estado prefere gastar para fazer propaganda do Porto do Itaqui em mídia nacional, enquanto muitas cidades estão alagadas, as estradas destruídas e centenas de pessoas passando fome. Vão atrair mais navios ou aumentar a produção no porto gastando milhões com propaganda?", questionou.

MAIS

Projeto da Emap

As revelações sobre fraude e corrupção no Porto do Itaqui ocorrem no momento em que se debate projeto de autoria do Executivo que amplia a abrangência da Emap. "Há relatório da PF, ofícios da Antaq e ação popular apontando irregularidades na gestão do Porto, e nós estamos prestes a dar uma carta branca para o governo estadual", disse César Pires.

Emap: relatório aponta o envolvimento de diretores

O relatório da Polícia Federal que confirma fraudes na Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) durante o processo de fiscalização das obras de dragagem de aprofundamento do P-100 ao P-104 do Porto de Itaqui aponta para a participação de diretores do órgão no esquema.

Além das empresas, o relatório policial cita envolvimento de José Eugênio Mendonça de Araújo Cavalcante, diretor de engenharia; e de José Antônio Magalhães, diretor de operações.

À época da operação da PF, Mendonça disse que as denúncias eram infundadas.

A investigação revelou que os dois diretores da Emap participaram de uma reunião na qual se tratou das irregularidades na fiscalização da obra.

"A gravação encontrada no celular apreendido na residência de Rodrigo Alexandre da Costa Silva confirma o termo de declarações de José Ribamar Camara Pinto, de que diversas pessoas na Emap, entre eles o diretor de engenharia José Eugênio Mendonça de Araújo Cavalcante e o diretor de operações José Antônio Magalhães, tinham conhecimento de que a empresa Fotogeo Ltda. não havia realizado o serviço de fiscalização para o qual fora contratada", destaca o documento da PF.

Ainda de acordo com o relatório, todo o material contido na gravação aponta para o fato de que a Fotogeo apenas usou material e dados da Jan de Nul para simular uma fiscalização.

O relatório sugere a imputação de crimes de peculato e falsidade ideológica aos envolvidos. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO DO MARANHÃO				
EDITORIA				
Política				
DATA	10 / 04 / 2019	PAG.	3	Estado Maior

PF e o governo Dino

Em quatro anos, o governo de Flávio Dino (PCdoB) teve a presença da Polícia Federal (PF) "bisbilhotando" os contratos e os usos de dinheiro público federal em obras da gestão comunista.

Talvez a de maior visibilidade foram as relacionadas à Saúde: Sermão aos Peixes e suas edições e também a Pegadores, que levou aliados forte de Dino à prisão.

Sem ter o que justificar, no caso da Saúde, o governador falou em armação política para prejudicar seu governo. Mais tarde, tragédia envolvendo um dos acusados de um esquema que desviou R\$ 18 milhões da Saúde do Maranhão, comprovou que a situação fugia completamente de uma perseguição política.

Anos depois, a PF voltou a "assombrar" o governo Estadual. Desta vez com a Emap, que tem

divergências claras com a Agência Nacional de Transporte Aquaviários (Antaq) por querer deixar o Porto do Itaqui completamente sob o controle de Flávio Dino.

Um relatório da PF mostra que há indícios fortes de fraudes em fiscalização de obra no Porto. Nomes da Emap estão envolvidos.

Mais uma situação para o governador explicar. Só não vale a história de perseguição política.

A Polícia Federal fez operações que envolveram membros do governo Flávio Dino

Calados

O governador Flávio Dino e seus aliados mantiveram silêncio durante todo o dia a respeito do relatório da Polícia Federal que achou indício de fraude da Emap.

Mesmo com dois diretores da empresa suspeitos de envolvimento no esquema de uma obra de dragagem, os comunistas preferiram silenciar.

Esta tem sido uma estratégia constante da gestão do PCdoB quando não há argumentos para contrapor os fatos apresentados sobre o uso incorreto do dinheiro público no governo.

Silêncio na Assembleia

Nem os deputados governistas, na Assembleia Legislativa, tentaram argumentar algo sobre o relatório da Polícia Federal.

Na Casa, os aliados de Flávio Dino mantiveram a orientação do Palácio dos Leões e nada comentaram.

Isto mesmo após um discurso forte do deputado César Pires (PV), que apresentou ponto por ponto do relatório da PF.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
DATA	11/04/2019	PÁG.	02	Política	

Bardal denuncia outra manobra da SSP à Justiça

Delegado acusou secretário Jefferson Portela de manobra em investigações contra a agiotagem

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O delegado de Polícia Civil, Tiago Bardal, ex-superintendente de Investigações Criminais (Seic), afirmou que o secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela (PCdoB), agiu para desarticular uma operação contra a máfia da agiotagem no Maranhão, que atingiria políticos ligados ao Governo do Estado.

A declaração de Bardal foi dada em depoimento à 2ª Vara Criminal de São Luís. O delegado atuava como o segundo nome de maior relevância no Sistema de Segurança Pública da atual gestão e despachava diariamente com Portela.

Essa foi a terceira denúncia de grave teor registrada por Bardal à Justiça Estadual e que chegou até a imprensa.

Há duas semanas, provocou forte repercussão a sustentação dele de que o secretário havia determinado uma investigação clandestina a quatro desembargadores do Tribunal de Justiça e também o arquivamento de um pedido de reabertura das investigações do assassinato do jornalista Décio Sá.

Declarações

Todas as declarações dizem respeito ao mesmo depoimento. No trecho em que o delegado fala da manobra contra a investigação da agiotagem – abordado primeiro pelo blog Atual7 -, Bardal fala que foi confrontado por Jefferson Portela para que o trabalho não atingisse o Governo.

“Começou a ter um atrito entre o secretário e eu, porque ele es-

tava começando a intervir. Nós fizemos uma operação de agiotagem, se colocar na internet vai sair: Operação Jenga. Nós fizemos uma primeira parte, pegamos um grupo da organização e fomos fazer uma segunda parte. Eu avisei ao secretário: ‘Olha, vai ter uma segunda parte, que poderá e vai chegar em políticos, do lado do governo ou não’. Foi quando ele [Jefferson Portela] falou: ‘Cálma com essa operação’. Eu avisei ao pessoal do crime organizado, delegado Ney Anderson. Nós não concordamos e continuamos apurando”, disse.

O delegado de Polícia afirmou que, depois disso, Portela reagiu ao receber a informação de que as investigações haviam prosseguido.

“Ele [Portela] ficou sabendo [do prosseguimento das investigações da Operação Jenga II] e me chamou, porque ia envolver políticos e um tal de um agiota conhecido como Eduardo DP, Imperador. Depois, eu vim descobrir que ele tem contratos, vários contratos milionários, com o governo”, completou.

Na primeira etapa da Operação Jenga, da qual Bardal fez referência em depoimento, a polícia prendeu Josival Cavalcanti, o Pacovan e outros 17 suspeitos de atuarem na agiotagem.

Outro lado

O Estado entrou em contato com a Secretaria de Estado da Comunicação e Assuntos Políticos (Secap) para obter um posicionamento do governador Flávio Dino a respeito das acusações de Tiago Bardal contra Jefferson Portela, mas até o fechamento desta edição não houve resposta. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidade

DATA 10 / 04 / 2019

PAG. 01



"Agora que mudou, piorou. Só mudou a empresa, porque os ônibus continuam a mesma porcaria. Ônibus velho, quebrado, e ainda atrasa. Criança perde hora de escola se não subir para pegar ônibus no São Raimundo"

BÁRBARA VIEIRA, moradora do Cajupary

Mesmo com troca de empresas, transporte de Cajupary é ineficiente

Além de contar só com um ônibus, a linha que presta serviço a mais de cinco bairros registra constantes atrasos; em vez de melhorar, problemas se agravaram com a substituição do Consórcio Via SL pelo Upaon-Açu

A população do bairro Cajupary, localizada na zona rural de São Luís, próximo ao bairro São Raimundo, tem enfrentado uma longa maratona – seja de espera, seja de caminhada – para ter acesso ao transporte público. De acordo com os moradores, desde a substituição do Consórcio Via SL pelo Upaon-Açu – ocorrida no fim do mês de março –, os problemas só aumentaram e, além das condições dos veículos, os atrasos têm sido constantes e prejudicam a rotina de trabalhadores e estudantes, que dependem do serviço para chegar aos seus compromissos. A linha que atualmente assiste ao bairro conta apenas com um ônibus, que circula, ainda, pelos bairros Santa Bárbara, Vila Cascavel, Mato Grosso e Tajaçoaba, até o Terminal de Integração do São Cristóvão.

A linha A681/Cajupary, hoje sob responsabilidade do Consórcio Upaon-Açu, deveria proporcionar melhorias à comunidade. No entanto, tem causado ainda mais transtornos. Para os moradores, os problemas referentes à mobilidade têm sido cada vez maiores e, além de contar com apenas um ônibus que faz rota até o Terminal do São Cristóvão, a população precisa lidar com as péssimas condições de veículos, causadas pela ação do tempo, e, ainda, com os constantes atrasos, que geram prejuízos àqueles que dependem exclusivamente do serviço, como o estudante Gabriel Cruz.

"Nós sempre tivemos este pro-

blema de chegar no horário na escola porque sempre atrasa. Quem tem pressa precisa andar até o São Raimundo em busca de alternativa, mas esta é uma opção para quem mora no Cajupary, mas o pessoal do Mato Grosso e Tajaçoaba, por exemplo, nem isso pode fazer, porque são bairros mais distantes", contou Cruz.

Situação confirmada pela aposentada Bárbara Vieira, que mora em frente ao ponto final dos

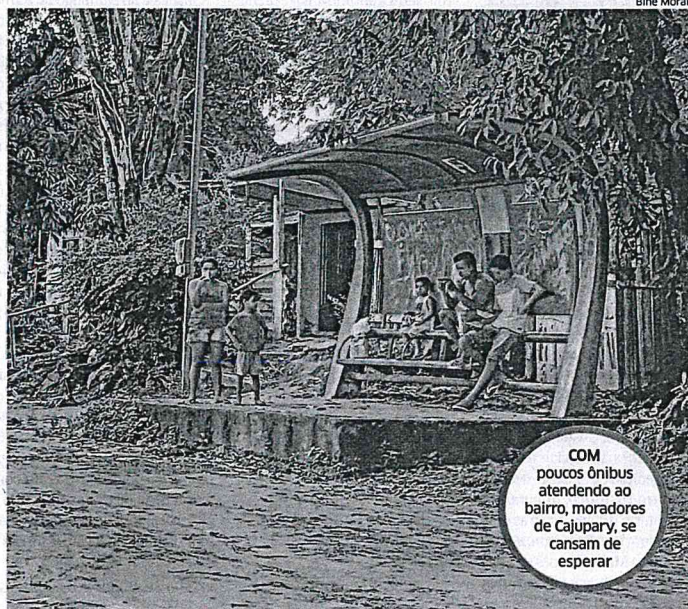
melhor opção é, como destacado por Gabriel Cruz, seguir a pé até o bairro São Raimundo.

"Agora que mudou, piorou. Só mudou a empresa, porque os ônibus continuam a mesma porcaria. Ônibus velho, quebrado, e ainda atrasa. Criança perde hora de escola se não subir para pegar ônibus no São Raimundo. Eu mesma não espero mais, porque perco meus compromissos. Quando chove, tem de escolher se pega chuva ou

aqui, leva quase uma hora de rolôgio só circulando de bairro em bairro. Eu nasci e me criei aqui, estou com 60 anos e só vejo esta situação piorar", lamentou.

Mudanças

Desde o dia 30 de março, o Consórcio Upaon-Açu está atuando em sete linhas antes sob responsabilidade do Consórcio Via SL, formadas pelas empresas São Miguel e Rei de França, que abrangem, principalmente, a zona rural



COM poucos ônibus atendendo ao bairro, moradores de Cajupary, se cansam de esperar

VIA SL

O Consórcio Via SL operava em 39 rotas e 1.177 paradas de ônibus na capital e deveria ter renovado 67 veículos de sua frota em fevereiro deste ano, quando os veículos completaram 10 anos de utilização. A idade-limite para circulação no sistema de transporte público da capital está estabelecida no contrato da licitação realizada pela Prefeitura de São Luís, do qual foram vencedores, além do Consórcio Via SL, os consórcios Viação Primor, Central e Upaon-Açu. Este último, vem substituindo os serviços prestados pelas empresas suspensas em alguns bairros.

a rescisão de contrato determinada pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) com as outras empresas que atuavam, também em consórcio, na região.

As empresas perderam todas as linhas que integravam o Sistema Integrado de Transporte (SIT) de São Luís por não terem renovado a frota de ônibus, prevista no contrato da concorrência pública em vigor desde setembro de 2016. A exclusão do consórcio foi determinada pela Portaria 58/2019, baixada pela SMTT. A situação virou caso de Justiça, quando as empresas afetadas recorreram da decisão, alegando

que a troca dos veículos só deveria ocorrer ao fim do 10º ano, ou seja, em 2020, o Município exigiu que os ônibus novos fossem introduzidos na data exata em que os antigos completassem uma década de encarroamento.

A juíza responsável pelo caso, Alexandra Ferraz Lopez, da 7ª Vara da Fazenda Pública da capital, deu ganho de causa à Prefeitura de São Luís. "Quanto ao argumento de que não houve tempo hábil para renovação, este não merece guarida, pois o contrato foi claro ao estipular o prazo de 10 anos para renovação da frota. Logo, a empresa impetrante sempre teve ciência de que a frota de veículos deveria ser renovada tão logo os ônibus atingissem o período disposto na legislação e no edital. Dessa forma, por não entender presente os requisitos autorizadores, indefiro a tutela antecipada pretendida", decidiu a magistrada, quanto ao recurso.

Para questionar as reivindicações de moradores dos bairros atendidos pela linha afetada pelas mudanças, O Estado manteve contato com o Sindicato das Empresas de Transportes (SET), mas não recebeu resposta sobre o assunto. A SMTT também foi questionada sobre as possíveis medidas que possam solucionar o problema enfrentado pela população dos bairros citados na reportagem, mas até o fechamento desta edição não deu retorno. ●

VIDEONA

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	10 / 04 / 2019	PAG.	12	Espontânea	Positiva

Seic captura dez membros do Bonde em esquema envolvendo três advogadas

Após uma minuciosa investigação da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), foram capturados dez membros da facção criminosa Bonde dos 40, na "Operação Alvo Certo", que ocorreu em bairros distintos da região metropolitana de São Luís, nessa terça-feira (9). O grupo é uma célula responsável pela movimentação financeira e cadastro da organização. As equipes fizeram buscas em escritórios de três advogadas suspeitas de integrar o esquema. De acordo com o delegado Gil Gonçalves, titular do Departamento de Combate ao Crime Organizado (DCCO) da Seic, em entrevista coletiva realizada na Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA), as equipes fizeram o mapeamento da facção criminosa acerca da movimentação financeira e da participação dos "gravatas", como são chamados os advogados na linguagem dos faccionados. Sendo assim, foi detectado que uma parte da organização atuava discretamente, ou seja, nos bastidores, articulando o dinheiro oriundo do tráfico de drogas. A célula também fazia o cadastro dos "batizados", que são chamados



Integrantes da quadrilha foram apresentados na Secretaria de Segurança, em coletiva de imprensa

de "irmãos" e que pagam, mensalmente, uma quantia em dinheiro para o "caixinha" da facção. O DCCO descobriu, ainda, que três advogadas ultrapassavam os limites de suas relações com os clientes, ou seja, serviam como "pombo-correio" para os integrantes do Bonde que estão nas ruas, por meio de informações recebidas dos membros que estão nos presídios. Inclusive, as advogadas chegaram a sugerir alterações em "artigos" do "Estatuto" da facção. Os policiais civis deram cumprimento

a mandados de busca e apreensão nos escritórios delas e em suas residências, sob a supervisão de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA). Nesses locais, segundo o delegado Gil, foram apreendidos documentos e notebooks, que serão averiguados. No total, frisou Gonçalves, a Seic saiu a campo para cumprir 18 mandados judiciais, dentre os quais 14 eram de prisão. Foram capturados, como pontuou o delegado do DCCO, os seguintes investigados: Suená Gusmão

Cabral (na Vila Riód); Lilian Diniz Serra (no Coroadó); Dario Ferreira Oliveira (no Cohatrac); Rubenal Silva Filho (no Pirapora); Johnnyson Visgueira Gomes (em São José de Ribamar); João Carlos dos Santos Vieira, o "Sarita" ou "JC" (no Tirirical); Janaína Serra (no Cantinho do Céu); David Andrade, o "Dávila" (no Cantinho do Céu); Lilian da Silva Rodrigues (no Cantinho do Céu) e Robson Douglas Gomes de Oliveira (no Sacavém). Segundo o delegado Carlos Alessandro, titular da Seic, participaram da operação 83 policiais civis, do interior e da capital. Ele frisou que as equipes apreenderam muitos objetos, como caderno de anotações, celulares, cadastro da facção, notebooks e uma quantidade de cocaína avaliada em R\$ 12 mil. A droga, de acordo com a fonte, estava na residência de Dario Ferreira, no Conjunto Cohatrac. Além de Carlos Alessandro e Gil Gonçalves, também participou da coletiva o delegado-geral de Polícia Civil, Leonardo Diniz, que enalteceu o trabalho da Seic no combate ao crime organizado. **(NELSON MELO)**

Mulher é morta com facada na coxa na Baixada Maranhense

Uma jovem de 25 anos foi morta, no final da manhã dessa terça-feira (9), na cidade de Matinha, localizada na Baixada Maranhense. De acordo com informações divulgadas pela Polícia Militar, Kelry Dayna Mouzinho, como foi identificada, levou facadas em uma das coxas, sendo que a perfuração teria atingido a artéria femoral. Duas mulheres, que seriam irmãs, foram apontadas como suspeitas pelo crime.

Segundo a polícia, a jovem foi morta na rua, sendo que, no domingo (7), ela teria discutido com a mãe das duas mulheres tidas como autoras do homicídio em uma festa. As duas se provocaram, em seguida, nas redes sociais.



Kelry Mouzinho foi morta pelas irmãs Tainara e Tainá, que continuam sendo procuradas pela polícia

As envolvidas na morte – que ocorreu no bairro Novo (região central de Matinha) –, as irmãs

Tainara e Tainá, seguem sendo procuradas pelas polícias Civil e Militar da região. Ainda ontem,

um primo delas teria sido detido, suspeito de ter facilitado a fuga das suspeitas. **(NM)**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Polícia

DATA

10 / 04 / 2019

PAG.

6

Quatro agências bancárias explodidas este ano no MA

Três explosões ocorreram em São Luís; a última aconteceu na madrugada de ontem, na cidade de Santa Inês; o alvo foi a agência do Banco do Brasil, que amanheceu destruída; os criminosos não conseguiram levar o dinheiro depositado

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

A polícia tentava capturar, ontem, os bandidos que explodiram a agência do Banco do Brasil da cidade de Santa Inês. Três ou quatro criminosos teriam participado dessa ação criminosa na madrugada de ontem (9), mas não conseguiram levar nenhuma quantia em dinheiro. Somente este ano, quatro agências já foram destruídas por criminosos no estado, sendo três em São Luís.

A única agência do Banco do Brasil de Santa Inês e que atendia toda a região, amanheceu ontem destruída. O teto veio abaixo, os caixas eletrônicos foram danificados e o piso coberto por destroços. Também era possível encontrar rastro de destruição fora da agência. Na calçada, muitos estilhaços de vidro.

O delegado Luciano Bastos, chefe do Departamento de Combate a Roubo a Instituições Financeiras (Decrif), órgão da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), informou que os criminosos chegaram a Santa Inês por volta das 3h30 e se deslocaram ao Banco do Brasil. Dois dos criminosos tiveram acesso à agência e conseguiram realizar a explosão.

Ainda de acordo com o delegado, a parte dos caixas eletrônicos em que fica o dinheiro não foi danificada, e os assaltantes não conseguiram levar nenhuma



Caixas eletrônicos ficaram destruídos, mas a parte do depósito não abriu e o dinheiro ficou preservado

quantia. Devido ao barulho da explosão, os moradores ficaram assustados, e a polícia foi comunicada sobre o caso.

Os bandidos, com receio de serem presos, fugiram em um veículo, de marca e placas não identificadas. Ainda ontem, policiais militares e da Seic estavam realizando diligências na região, com o objetivo de prendê-los. "A polícia já começou o trabalho investigativo para identificar e prender esses quadrilheiros", declarou o delegado.

Outras explosões

Na capital, três agências do Banco do Brasil foram explodidas este ano. O último foi na madrugada do dia 14 de março, no bairro do Anil. A polícia informou que essa ação criminosa teve a participação de dois ou quatro assaltantes. Eles entraram na agência e conseguiram realizar a explosão, fugindo em seguida em um veículo prata, de placas não identificadas.

Há informações de que o alarme não acionou e ninguém responsável

pelos sistemas de videomonitoramento da empresa, que presta serviço ao banco, teria dado informações sobre o caso para a polícia.

Outros dois ataques ao Banco do Brasil foram registrados no primeiro mês deste ano. Um deles na madrugada do dia 23 de janeiro, quando os criminosos explodiram dois caixas eletrônicos de uma agência no Calhau, a menos de dois quilômetros da sede do Comando Geral da Polícia Militar.

Os bandidos, após recolherem o

ENTENDA

Explosão de banco este ano no Maranhão

Dia 17 de janeiro: Banco do Brasil do bairro Alemanha, na capital

Dia 23 de janeiro: Banco do Brasil do Calhau, na capital

Dia 14 de março: Banco do Brasil no bairro Anil, na capital

Dia 9 de abril: Banco do Brasil na cidade de Santa Inês

dinheiro, fugiram em um veículo vermelho, em direção ao bairro Renascença. A explosão deixou um rastro de destruição no local. A Seic investigou o caso, e no dia 1º deste mês prendeu Franklin Licon Silva Araújo, Halison Hansen Santos Rego, Francisco das Chagas de Moraes Filho, Gabriel Santos Lopes e Mira Fortes Tanakawa, suspeitos de envolvimento no crime.

O outro caso de explosão foi na agência do bairro da Alemanha, no dia 17 de janeiro. Segundo a polícia, esse roubo foi realizado por um bando composto por cinco criminosos. Dois bandidos tiveram acesso ao banco e utilizaram um machado para arrombar o caixa eletrônico, enquanto os outros ficaram em um veículo, de marca e placas não identificadas, dando suporte aos companheiros.

Cerco policial

A polícia realizou ontem um cerco na cidade de São Domingos do Maranhão com o objetivo de prender quadrilheiros especializados em roubo a instituições financeiras. O delegado Carlos Alessandro de As-

sis, superintendente da Seic, informou que há seis meses uma equipe da Decrif estava monitorando Ivar Torres Azevedo e João Coelho Santos Filho, o João Filho.

As investigações constatar que a residência desses criminosos serviam de base para assaltantes bancos. "Os bandidos se encontram nessa cidade para traçar suas ações criminosas", disse o delegado.

Ontem, segundo o delegado policiais da Seic, militares e Centro Tático Aéreo (CTA) cumpriram mandados de busca apreensão nas casas desses criminosos, em São Domingos do Maranhão. Na residência de Ivar Torres, foram apreendidos dois revólveres, dois rifles, uma carabina e quatro baterias estacionárias de origem ilícita. O criminoso foi preso em flagrante.

Na casa de João Coutinho, os policiais encontraram uma espingarda e várias munições. "Esse criminoso conseguiu fugir do cerco policial, mas as buscas continuam. Deve responder a inquérito policial", afirmou o delegado. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO						
JORNAL PEQUENO						
EDITORIA						
DATA	11/04/2019	PÁG.	12	Polícia	GERADA	POSITIVA

Motorista que matou três pessoas em 2012 é condenado a seis anos de prisão e tem CNH suspensa

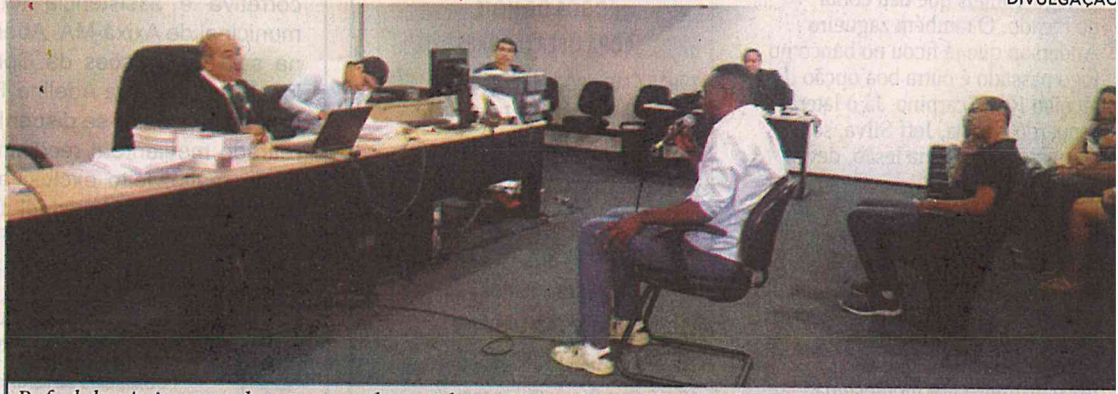
NELSON MELO

Foi condenado, a seis anos e nove meses de detenção, em regime semiaberto, o técnico em segurança do trabalho Rafael dos Anjos Alves, de 33 anos, por ter matado três pessoas e lesionado outras três no dia 9 de dezembro de 2012, em atropelamento ocorrido em uma parada de ônibus na região central de São Luís. O julgamento aconteceu nessa terça-feira (9), no Fórum Desembargador Sarney Costa, no 2º Tribunal do Júri da Comarca da Capital.

O julgamento, presidido pelo juiz Gilberto de Moura Lima, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri, teve como promotor de Justiça, na parte da acusação, Rodolfo Soares dos Reis, e, na defesa, o advogado Ângelo Rios Calmon. No total, foram ouvidas seis testemunhas, sendo três de defesa e três de acusação. O júri começou por volta das 8h30, sendo que o evento deveria ter ocorrido em dezembro do ano passado, mas acabou sendo remarcado a pedido da defesa do réu.

Em depoimento, uma das vítimas disse que estava na parada de ônibus, debaixo de uma mangueira, e não percebeu a chegada do carro em alta velocidade. Esta testemunha relembrou que teve o braço e quatro costelas quebradas. A coluna e o quadril ficaram com sequelas permanentes, como frisou ao magistrado durante o julgamento de Rafael, que respondia por homicídio simples de três pessoas, lesão corporal de natureza grave de duas vítimas e lesão corporal de outra vítima.

Também vítima do atropelamento, outra testemunha contou que quebrou a clavícula, sendo que estava na parada de ônibus ao lado do marido, que igualmente foi atingido pelo carro Fiat Strada preto,



Rafael dos Anjos quando estava sendo ouvido no Fórum Sarney Costa pelo triplo homicídio

de placa NHH-2384, guiado por Rafael dos Anjos.

CONDENAÇÃO E CNH SUSPENSA

Além de ter sido condenado a seis anos de detenção, por homicídio culposo e lesão corporal culposa, o técnico em segurança do trabalho teve a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) suspensa por seis anos. Ao réu, foi concedido o direito de apelar em liberdade à sentença.

DEPOIMENTO DO ACUSADO

Rafael dos Anjos relatou que, na data do fato, deixou um amigo no bairro Vila Embratel, na área Itaqui-Bacanga, e, na volta, quando fazia a curva na rotatória do Ceprama, na região do Anel Viário, dormiu ao volante e não viu o momento em que atropelou as pessoas no ponto de ônibus. Na noite anterior ao acidente fatal, segundo o réu, ele participou de uma festa de confraternização da empresa na qual trabalhava como técnico de segurança do trabalho. O acusado contou que saiu do local por volta das 22h30 com a namorada. Em seguida, o casal ficou um tempo em uma pousada, onde ambos permaneceram até as 4h.

Quando já estava em casa, o amigo ligou, pedindo que o levasse até a residência dele, na Vila Embratel. Ao juiz Gilberto de Moura, Rafael confessou que não bebeu na confraternização, mas consumiu duas cervejas no motel.

ARGUMENTO DA DEFESA

O advogado do técnico em segurança do trabalho sustentou que Rafael é portador de labirintite, que o deixou com os sentidos desorientados, causando o acidente que matou as três pessoas e feriu as outras três. Ângelo Calmon, no entanto, não apresentou prova pericial apta a comprovar que o réu efetivamente sofre dessa enfermidade. Cabe lembrar que, no episódio, morreram Raimunda Joana Pena, de 55 anos, e seu filho, Ronilson Bruno Penha Pinheiro, 25. A outra vítima se chamava Ivone Cristianeide Araújo Almeida, 37, que foi sepultada em Barreirinhas, sua terra natal. Mãe e filho foram enterrados no Cemitério Memorial da Pax União, em Paço do Lumiar.

O CASO

O acidente fatal ocorreu em um domingo, na região do Anel

Viário, em frente ao Ceprama. Na época, as investigações ficam sob a responsabilidade do delegado Newton Correia Filho, então titular do 1º Distrito Policial (DP). O delegado falou, logo após a prisão de Rafael, em 2012, que ele bebeu cerveja durante todo o dia anterior, sendo que saiu no carro sem ter dormido um pouco antes. O delegado Newton, com aquela afirmação, negou que o agora réu tenha desviado de um buraco antes da parada, como o motorista alegou para justificar os atropelamentos. O buraco, na verdade, estava em frente ao ponto de ônibus. Por isso, o responsável pela investigação o autuou por triplo homicídio doloso e lesão corporal grave, uma vez que três pessoas morreram e outras três foram feridas gravemente, tendo sido encaminhadas ao Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão 1).

O técnico em segurança do trabalho guiava, em alta velocidade, um Fiat Strada preto, de placa NHH-2384. Os que sobreviveram ao atropelamento foram identificados como Weidesson da Silva Gomes, Lidiane da Silva Oliveira e Raimunda de Fátima Santos Moraes.

DIVULGAÇÃO